



Trajetórias de Vida e Profissão de um Grupo de Alunas de Pós-Graduação Stricto Sensu: Um Olhar à Luz das Relações de Gênero

Silvana Faria de Melo¹

Resumo

Embora as mulheres configurem um número bastante expressivo dos trabalhadores de nosso país, as construções sociais de gênero que consolidam o papel da mulher de modo hierarquicamente inferior ao do homem parecem ainda não terem sido superadas. Dada essa realidade na qual se conformam a identidade e a profissionalização feminina, esta pesquisa objetivou apreender, na trajetória de vida pessoal e profissional de um grupo de mulheres, alunas de um programa de pós-graduação *stricto sensu*, como as relações de gênero se fizeram presentes em seus cursos de vida. De natureza qualitativa, a pesquisa se utilizou da entrevista semi-estruturada como instrumento de coleta de dados, visando levantar, nos relatos das participantes, os incidentes críticos que se verificaram ao longo das trajetórias de constituição de suas carreiras profissionais. Como resultados, observou-se que, a despeito das mudanças instauradas nos âmbitos da profissionalização feminina e também dos novos modelos de configuração familiar, houve pouca redefinição do papel social das mulheres, cabendo a elas, ainda hoje, a maior parcela da responsabilidade com o cuidado aos filhos e ao lar. Também foi possível constatar a persistência do preconceito em relação à presença das mulheres em profissões historicamente consideradas masculinas.

¹ Aluna do Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais do Programa de Pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté – UNITAU. Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210 - Centro - Taubaté - SP - Brasil - CEP: 12020-040. E-mail: silfmelo@gmail.com.

Submissão: 18/06/2014 • Aceite: 25/06/2014

Palavras-chave: Mulheres. Gênero. Trajetória profissional.

**Trajectories of Life and Profession of a Group of Students, Post-graduate
Studies: A Look to the Light of Gender Relations**

Abstract

Although women configure a fairly significant number of workers in our country, the social constructions of gender that consolidate the role of women in hierarchically inferior to the man so still seem to have not been overcome. Given this reality that conform to female identity and professionalization, this research aimed at understanding, on the path of personal and professional lives of a group of women students in a program of post-graduate studies, as gender relations became present in their life courses. Qualitative in nature, the research used semi-structured interviews as a tool for data collection, seeking to raise, the reports of participants, the critical incidents that occurred along the trajectories of the constitution of their careers. As a result, it was observed that, despite the changes introduced in the areas of women's professionalization and also new models of family configuration, there was little redefinition of the social role of women, fitting them, even today, greater responsibility with caring for their children and home. It also appeared the persistence of prejudice regarding the presence of women in professions historically considered masculine.

Keywords: Women. Genre. Professional Career.

Introdução

O termo gênero, na sua utilização recente, constitui-se um sinônimo de mulheres. De acordo com Scott (1995), na busca de legitimidade acadêmica e reconhecimento político do campo de estudos feministas, a partir de meados dos anos de 1970, livros e artigos dos mais variados tipos que tinham como seus temas a história das mulheres e as relações sociais entre os sexos substituíram o termo 'mulheres' por 'gênero'.

Scott (1995) ressalta, entretanto, que além de um substituto para mulheres, a utilização do termo gênero sugere que qualquer informação sobre mulheres é também relativa ao sexo oposto – os homens – e que o estudo de um implica necessariamente no estudo do outro. A autora explica que essa imbricada relação se dá, sobretudo, pelo fato de que o mundo das mulheres, seus papéis sociais e representações fazem parte do mundo dos homens, sendo nele e por ele criados.

A expressão gênero sinaliza, portanto, que as diferenças entre homens e mulheres não se encontram apenas na ordem biológica, enquanto características físicas que distinguem os dois sexos; sua essência está nas relações estabelecidas entre homens e mulheres, nos papéis que cada um assume na sociedade e nas relações de poder que se estabelecem entre eles. Scott (1995, p. 75) sintetiza o conceito de gênero caracterizando-o, portanto, como “uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e mulheres”.

O gênero é, pois, uma categoria teórica que se refere a um conjunto de significados e símbolos construídos sobre a base da diferença sexual e que são utilizados na compreensão das relações entre homens e mulheres. Desse modo, gênero não significa o mesmo que sexo, isto é, o sexo refere-se à identidade biológica de uma pessoa e o gênero diz respeito à sua construção como sujeito masculino ou feminino. Enquanto as diferenças sexuais biológicas são naturais e imutáveis, o gênero é estabelecido por ajustes sociais, ou seja, varia segundo a época e padrões culturais e pode ser modificado. (ALMEIDA; SOARES, 2012, p. 569).

É com esse mesmo sentido que obra *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, publicada em 1949, um dos maiores expoentes da literatura feminista, celebrizou a frase “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, propondo criticar as teorias da sexualidade elaboradas pelos homens e cujos objetivos eram o de manter a submissão feminina em relação a eles. De acordo com Roudinesco (2003), a proposta da obra era de “situar a construção

da identidade feminina ao lado da cultura, e não da natureza, chegando a negar a importância da diferença biológica dos sexos” (p. 40).

Almeida e Soares (2012) avaliam que os estudos que tratam do tema do feminino incorporaram, portanto, a utilização do gênero para definirem a diferença entre os sexos como uma construção sociocultural. Ressaltam também que as novas gerações de teóricos e estudiosos desse campo sublinham o conceito de *igualdade na diferença*. Ou seja, reconhecem as diferenças físicas, biológicas, psíquicas e comportamentais existentes entre os sexos, acentuando, entretanto, que essas características diferenciadas não se constituem em aval para a dominação e a opressão de um sexo sobre o outro.

Historicamente, entretanto, as relações de poder dos homens sobre mulheres estão presentes em todas as construções sociais, tendo as diferenças de ordem biológica servido para justificar a inferioridade do papel das mulheres na ordem social. Silva, Amazonas e Vieira (2010) ressaltam que as ideias de masculinidade e feminilidade, forjadas ao longo dos tempos, acabaram culminando na diferenciação radical dos papéis que cada um assume dentro do trabalho e da família. A função reprodutora da espécie, por exemplo, que cabe à mulher, tornou-se fundamento para a justificação de sua subordinação ao homem, uma vez que a ela ficou restrita a função de gerar e cuidar dos filhos, tendo seus domínios limitados à privacidade e intimidade do lar. Quanto mais o papel da mulher se restringiu ao âmbito familiar, em contrapartida, mais o homem se viu imerso na vida social e no trabalho.

King (1994) ilustra essas relações e observa quão longínquo no tempo histórico elas vêm sendo consolidadas:

Um homem pode ser príncipe ou guerreiro, artista ou humanista, mercador ou eclesiástico, sábio ou aventureiro. A mulher só raramente assume tais papéis e, se o faz, não são esses os papéis que a definem, mas outros: é mãe, filha ou viúva; virgem ou prostituta; santa ou bruxa. Maria, Eva ou Amazona. Estas identidades (que derivam apenas do sexo a que pertence) submergem-na totalmente e apagam qualquer outra personalidade a que ela aspire. Durante todo o Renascimento, a mulher luta para se exprimir a si própria. Mas, é uma luta destinada ao

fracasso, dado que a partir de finais do Renascimento, a fixidez dos papéis sexualmente definidos da mulher foi reafirmada a todos os níveis da sociedade e da cultura e a condição feminina não progrediu, antes se encaminhou para um progressivo declínio (KING, 1994, p. 193).

Nos tempos modernos, entretanto, a partir dos séculos XIX e XX, a configuração do papel da mulher restrito ao lar foi sendo paulatinamente alterado na medida em que as mulheres foram, por contingência da ordem social e econômica que se estabelecia, gradualmente se inserindo no universo do trabalho. Silva, Amazonas e Vieira (2010) relatam que, no Brasil, os processos de industrialização e urbanização, intensificados no século XX, permitiram maiores possibilidades de trabalho aos homens, o que acabou por favorecer também a extensão do trabalho feminino assalariado, em especial, naquelas funções deixadas pelo homem como, por exemplo, os cargos de operária e professora.

Embora, na contemporaneidade, as mulheres se revelem como uma representativa parcela dos trabalhadores do nosso país, o imaginário que consolida o papel social da mulher de modo hierarquicamente inferior ao do homem parece ainda não ter sido superado. Após anos de movimentos feministas, de conquistas dos espaços públicos pelas mulheres, perpetua-se uma forma de pensar a condição feminina que, impregnada no mundo social, ainda estabelece a sua subordinação em todas as esferas sociais: no mundo do trabalho em decorrência da diferenciação dos salários; na vida familiar, dados os desajustes que se conformam em relação aos deveres domésticos e de criação dos filhos; na sociedade onde ainda subsistem rótulos discriminatórios e preconceituosos (ALMEIDA; SOARES, 2012).

Dada essa realidade, perverso cenário no qual ainda se conformam a identidade e a profissionalização feminina, esta pesquisa objetivou apreender, na trajetória de vida pessoal e profissional de um grupo de mulheres, alunas de um programa de pós-graduação *stricto sensu*, como as relações de gênero se fizeram e ainda se fazem presentes, impregnando seus discursos, suas ações e seus cursos de vida.

Método

De natureza qualitativa, a pesquisa se utilizou da entrevista semi-estruturada como instrumento de coleta de dados, visando levantar, nos relatos das participantes, os incidentes críticos que se verificaram ao longo de suas histórias de vida, com ênfase nas trajetórias de construção de suas carreiras profissionais.

Principalmente utilizada nos processos de formação e pesquisa nas áreas de educação e psicologia, os incidentes críticos são, segundo Flanagan (1954), introdutor da técnica em diversos campos de pesquisa e atuação profissional, definidos como:

Por incidente entende-se toda atividade humana observável, suficientemente completa, para que por meio dela se possam fazer induções ou previsões sobre o indivíduo que realiza a ação. Para ser crítico um incidente deve dar-se numa situação tal que o fim ou intenção da ação apareçam suficientemente claros ao observador e que as consequências da ação sejam evidentes (FLANAGAN, 1954 apud ALMEIDA, 2009, p. 183).

A técnica dos incidentes críticos verifica-se, entretanto, por meio de duas modalidades. Na primeira delas, diretamente derivada dos estudos e das aplicações de Flanagan (1954), estudam-se fatos, bem como as situações que lhe deram origem, por meio das descrições dos seus participantes, buscando levar o leitor/ouvinte a apreciar melhor a questão, a elaborar opiniões e julgamentos, ou mesmo a conduzi-lo a tomadas de decisão para a solução de um determinado problema (ALMEIDA, 2009).

A segunda modalidade, aquela que a esta investigação se aplica, considera os incidentes críticos como acontecimentos marcantes ocorridos ao longo dos cursos de vida dos participantes e que se manifestaram como situações determinadoras na tomada de decisões, nas mudanças ou reafirmações dos rumos de suas trajetórias profissional e pessoal.

Almeida (2009) esclarece, ao citar os trabalhos de Bolívar, Domingo e Fernández (2001), que a utilização da técnica dos incidentes críticos sob essa última perspectiva se insere numa abordagem biográfico-narrativo de pesquisa, permitindo ao pesquisador, no curso de vida de seus sujeitos participantes, identificar: (I) as fases críticas, ou seja, momentos de crise, que são pessoais e temporais; (II) pessoas que foram significativas na constituição da trajetória relatada; (III) os eventos impactantes que impulsionaram as tomadas de decisões, cuja responsabilidade não é apenas de ordem pessoal, mas também social e histórica.

Os dados coletados nas entrevistas com foco nos incidentes críticos tiveram sua origem em uma atividade pedagógica desenvolvida na disciplina “Socialização Profissional e Constituição Identitária” pertencente a um programa de mestrado em “Desenvolvimento Humano”. É importante indicar que as pesquisadoras também são alunas da mesma turma do referido programa; sendo todas, portanto, participantes e pesquisadoras, colegas de curso.

Deve-se também evidenciar uma particularidade desta turma de alunos que fez respeito à quantidade de mulheres que a compõem, em específico pelo fato desta pesquisa versar sobre a discussão de gênero. Sendo composta substancialmente por alunos do sexo feminino (onze mulheres e apenas um homem), seus números refletem a consolidação da participação das mulheres nos níveis superiores de ensino e na carreira acadêmica.

Constaram, entretanto, como dados da presente pesquisa os relatos advindos das entrevistas com apenas cinco alunas, com idades entre 26 e 61 anos, todas profissionais bem sucedidas em suas áreas de atuação. Das cinco participantes, duas são casadas e mães; uma é casada, porém não tem filhos. Outras duas participantes são solteiras e possuem, cada uma, apenas um filho.

Após o consentimento das participantes, as entrevistas foram realizadas individualmente e de modo reservado. As falas que delas se originaram foram gravadas e, com o propósito de simplificar a devolutiva

desse material, bem como facilitar a análise dos dados biográficos nelas coletados, optou-se pela organização destes dados por meio de biogramas, que representam sínteses esquemáticas do conjunto dos acontecimentos considerados representativos pelos participantes na configuração de suas trajetórias pessoal e profissional. Estas sínteses ordenaram os acontecimentos narrados em seis colunas que compreendiam, sequencialmente: as fases de vida, a cronologia em anos, a idade vital, a idade profissional, os acontecimentos e a valoração a eles atribuída pelos entrevistados.

Por ter se tratado de uma entrevista biográfica, as narrativas foram constantemente marcadas pela descontinuidade cronológica e, no sentido de organizar os dados na ordem temporal dos fatos, o biograma se tornou um instrumento bastante valioso. Sá e Almeida (2004) também ponderam de modo idêntico a respeito da contribuição do uso dos biogramas em pesquisas com abordagem biográfica:

A transcrição daquele movimento espiral, de idas e vindas no passado e ao presente, própria desse tipo de entrevista [biográfica], produziu extenso material, cuja organização em biogramas mostrou ser este um recurso inestimável, não somente para o tratamento e análise dos dados, como também, e especialmente, para a devolutiva dos registros das narrativas aos sujeitos (SÁ; ALMEIDA, 2004, p. 2).

Para a análise dos dados das entrevistas, fez-se uso da Análise de Conteúdo, procurando identificar, na fala das alunas entrevistadas, os principais núcleos de sentido referentes aos objetivos desta pesquisa. Os relatos das trajetórias pessoal e profissional das participantes foram, então, reunidos em torno de dois temas centrais: dicotomias da identidade feminina – universo profissional x universo familiar; relações de gênero e o trabalho feminino.

Resultados e Discussão

Rocha-Coutinho (2007) avalia que o tradicional modelo familiar, cujo desenho era formado pelo pai provedor e pela mãe dona de casa, vem sendo profundamente questionado ao longo das últimas décadas devido à progressiva entrada das mulheres pertencentes à classe média no mercado de trabalho, conjuntamente ao processo de modernização pelo qual o país tem passado. Contudo, a autora ressalta que a mesma classe média que questiona os padrões tradicionalmente estabelecidos e que é guiada por valores individualistas, antiautoritários e igualitários, ainda não conseguiu consolidar efetivamente seus novos valores nas suas práticas sociais.

A despeito das mudanças instauradas nos âmbitos da profissionalização feminina e também dos novos modelos de configuração familiar, cabe à mulher, ainda hoje, a maior parcela da responsabilidade com o cuidado aos filhos e ao lar. Ou seja, se por um lado os posicionamentos sociais em relação ao envolvimento feminino com o trabalho já sejam bem menos tradicionais e que novas possibilidades de arranjo familiar venham sendo consolidadas, tais transformações não têm vindo acompanhadas, entretanto, de redefinições do papel feminino

Rocha-Coutinho (1994) também observa que a incursão da mulher no universo profissional masculino teria sido responsável pelo desencadeamento de uma verdadeira crise na identidade feminina ao incluir também em seus interesses e responsabilidades os ideais de carreira e profissão, “[...] escravizando-a, agora, a ambos os modelos de identidade feminina – o feminino e o feminista.” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 122).

O que se observa, portanto, é o intenso conflito entre as duas identidades femininas forjadas socialmente: a primeira e mais tradicional que a define enquanto responsável pelo bem-estar dos filhos do marido e do lar, que sofreu poucas modificações ao longo do tempo; a segunda, cujos princípios se dão a partir da década de 1960, que lhe assegura inspirar por uma carreira profissional e que, a ordem capitalista da contemporaneidade, tem lhe cobrado como mais um compromisso a ser assumido socialmente.

No conflito gerado pela difícil possibilidade de gerenciamento concomitante dos universos opostos – o familiar e o profissional – a maternidade se apresentou como um ponto de inflexão das trajetórias profissionais das participantes.

No último ano de faculdade, quando tinha planos em me mudar para São Paulo e tentar trabalhar em uma redação, engravidei e fui mãe. (Patrícia; 29 anos; solteira; um filho; funcionária pública).

Com minha bebê recém-nascida, necessitando de cuidados em tempo integral, um projeto de pesquisa ainda precisando de melhores definições e por ser colocado em prática, acabei por não concluir o curso de mestrado. (Raquel; 39 anos; solteira, um filho; professora universitária).

Almeida e Soares (2012) observam que a associação da figura feminina com os atributos da maternidade, fortemente impregnada de valores culturais e religiosos, ainda é muito presente no imaginário recente. Alicerçada na constituição das mais diversas civilizações, nas variadas épocas, culturas e classes sociais, os valores contemporâneos não conseguiram dissolver a centralidade do papel da maternidade e da família nas perspectivas e no projeto de vida de um expressivo número de mulheres, tal como pode ser observado no discurso de algumas participantes:

Adorava cuidar dos filhos, do marido e da casa. (Tereza; 61 anos; casada; 3 filhos; funcionária pública).

Medo de ficar sozinha. Em minha cidade era comum as meninas se casarem cedo, este não foi o fator determinante que me levou a casar. Não tínhamos muita perspectiva de fazer faculdade, ser alguém na vida, éramos criadas para casar e ter filhos, continuando a viver da forma como que nossos pais fizeram. As mocinhas casadoiras, como diriam as irmãs da Cinderela, procuravam um rapaz trabalhador com quem pudessem formar uma família, meu ex-marido era assim, um bom rapaz, de família simples,

² Todos os nomes das participantes são fictícios para preservar suas identidades.

mas muito trabalhador. (Cláudia; 41 anos; casada; 2 filhos; gestora).

Szapiro e Féres-Carneiro (2002) complementam a análise do importante papel que a maternidade ainda assume na vida feminina ao levantar o fato de que a produção independente de filhos, característico nas trajetórias das participantes Patrícia e Raquel, representou uma saída a muitas mulheres diante do conflito gerado por esse desejo e a realização profissional. Para as autoras:

A ‘produção independente’ parece significar uma tentativa de construir um novo lugar de indivíduo para a mulher. Este novo lugar, em processo de construção, se reconhece, entretanto, na mais antiga marca cultural da mulher nas sociedades, a maternidade. (SZAPIRO; FÉRES-CARNEIRO, 2002, p. 187).

Para as mulheres participantes da pesquisa, os interesses profissionais e a maternidade emergiram, portanto, como elementos fundamentais na constituição de sua identidade feminina que simultaneamente incorporou os distintos universos de mãe e de profissional. Estudos como o de Silva, Amazonas e Vieira (2010) também comprovaram essa mesma perspectiva sobre a identidade da mulher na contemporaneidade: identidades múltiplas, paradoxais e nômades.

De acordo com as autoras, múltiplas e paradoxais porque subvertem a ordem tradicional de mulher, mãe, dona-de-casa, assumindo além desse papel, também o de profissional; nômades porque, não tendo mais o masculino como único referencial, admitem a transitoriedade dos papéis e dos espaços de ação feminina. Constitui-se, portanto, a possibilidade de uma identidade feminina híbrida que, do ponto de vista sociológico, é definida por Dubar (2005) como:

[...] o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que,

conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições. (DUBAR, 2005, p. 136)

Os conflitos observados na tentativa de se conciliar a dualidade dos universos familiar e profissional se agravam na medida em que ainda se observa a forte presença do preconceito masculino diante da aceitação das mulheres que assumem funções ou profissões que não são tidas historicamente como femininas.

Ao tratar a respeito da socialização profissional a partir do ponto de vista do interacionismo simbólico, Dubar (2005) faz menção à coletânea de artigos intitulada *Men and their Work* [Homens e seus trabalhos] (1958), de Everett Hughes, cujo ponto de partida para a análise sociológica do trabalho humano está na ideia de que não se pode separar uma atividade do conjunto maior de atividades na qual ela se insere, tão pouco dos seus procedimentos de distribuição social. Nesse sentido, Hughes avalia que toda profissão tende a construir um grupo de pares no qual se observam regras de seleção, interesses e linguagens que lhes são particulares, levando à definição de estereótipos profissionais e à exclusão daqueles que a eles não correspondem.

Os estudos de Hughes (apud DUBAR, 2005) também avaliam que nos Estados Unidos os estereótipos associados àquelas profissões de *status* mais elevados se organizavam em torno dos seguintes caracteres: branco, anglo-saxão, homem e de cultura protestante. Ou seja, mulheres, negros, minorias étnicas ou religiosas e todos os outros mais que não correspondessem ao padrão desejado acabavam sendo deslocados para profissões e funções menos valorizadas ou mesmo a eles destinadas subfunções dentro de determinado grupo profissional.

Dubar (2005) assinala que por conta disso, não é raro encontrar nos Estados Unidos contramestres negros aos quais seja unicamente confiada a responsabilidade de chefiar outros negros pouco qualificados. De modo semelhante, é muito frequente observar mulheres médicas cujos trabalhos se limitam aos cuidados com crianças. Observa-se, portanto, “a uma

hierarquização e a uma segregação interna ao grupo profissional, reservando o essencial do mandato e do segredo unicamente aos profissionais dotados dos traços conformes ao estereótipo dominante.” (DUBAR, 2005, p. 181).

Tais mecanismos sutis, porém explícitos, de dominação e poder masculinos instituíram a ideia de profissões feminizadas para com as quais há a concordância implícita de toda a sociedade de que são destinadas às mulheres. Almeida e Soares (2012) avaliam que o magistério de crianças e jovens, por exemplo, destaca-se como uma profissão social e culturalmente aceita como de natureza feminina. No magistério do Ensino Superior, entretanto, alguns paradoxos acontecem, sugerindo o conflito entre a expansão do envolvimento das mulheres nessa profissão e a permanência de modos de pensá-la ainda impregnados pelas relações de poder centradas nas desigualdades internas às questões de gênero.

Enquanto no contexto atual do ensino brasileiro já existe uma divisão bastante equitativa entre professores do sexo masculino e do sexo feminino, conforme demonstra o quadro a seguir; deve-se lembrar que historicamente a docência do Ensino Superior foi constituída por homens, doutores, profundos conhecedores, num tempo em que as mulheres mal conseguiam aprender a ler e a escrever.

Quadro 1 – Quantidade de Docentes em Exercício – IES (2008)

IES	Total	Masc.	Fem.
Brasil	321.493	177.088	144.405
Pública	111.894	63.399	48.495
Federal	61.783	36.480	25.303
Estadual	42.042	22.426	19.616
Municipal	8.069	4.493	3.576
Privada	209.599	113.689	95.910
Particular	131.017	71.353	59.664
Comum/Confes/Filant.	78.582	42.336	36.246

Fonte: ALMEIDA; SOARES, 2012, p. 571.

Relatos da trajetória profissional de uma das participantes, professora de Ensino Superior, demonstram que formas preconceituosas, quer sejam elas explícitas ou implícitas, de pensar o ingresso feminino na profissão ainda não foram totalmente superadas.

[...] eu já passei por algumas coisas em sala de aula como um aluno se recusar a trocar de lugar num dia de prova e fazer escândalo e você ter que controlar a sala porque o menino perdeu as estribeiras totalmente e eu fiquei até com medo de me agredir. (Lúcia; 26 anos; casada; sem filhos).

Aluno que fala que você não tem idade pra lecionar para ele, ah, que você é burra, eu já escutei isso, por conta da idade, por conta da relação com a idade. [...] isso é muito forte, essa questão da idade e a questão do meu marido trabalhar na instituição. Hoje, já tem uma relação mais estabilizada, mas eu sei que existe isso, uma cobrança, da minha parte, em primeiro lugar, uma cobrança das outras pessoas, embora eu tenha feito o processo mais certo que nenhum. Eu conheço uma outra professora que passou por isso, os outros todos foram indicados, enfim, um processo natural de uma iniciação docente. E eu fiz questão de passar por todo processo [faz referência ao programa de iniciação à docência da instituição em que trabalha]. Tenho boa avaliação, tenho uma série de atividades que eu desenvolvo, tento manter o máximo possível, mas esse estigma eu sei que eu carrego. E assim, já perdi muito sono por causa disso, hoje eu falo OK. Todo mundo tem uma cruz que precisa carregar. (Lúcia; 26 anos; casada; sem filhos).

As concepções de gênero e a divisão sexual do trabalho que delas resultam, embora muitas vezes veladas, acabam por se sobrepor no processo de socialização profissional. Nesse sentido, Chies (2010) avalia que o desenvolvimento de uma carreira profissional permite uma expressão identitária às mulheres que, muitas vezes, não se mostra compatível com a identidade socialmente imposta que controla o seu comportamento e sua atuação no mercado de trabalho, evidenciando o distanciamento entre a ‘identidade para si’ e a ‘identidade para o outro’.

E aqui retornamos à ideia das identidades híbridas: a identidade que as mulheres constroem para si – mãe, esposa e profissional – e as identidades para outros, ou seja, aquelas que se constituem a partir do olhar do outro, nos processos sociais onde o olhar masculino e preconceituoso sobre o sexo oposto ainda é corrente e acaba sempre conferindo a mulher um *status* de subordinação. Para Dubar (2005), esses dois caminhos são inseparáveis e, portanto, bastante problemáticos quando relacionados às mulheres, pois sendo ao mesmo tempo uma construção subjetiva e social, nunca se pode ter de fato a certeza da identidade do “Eu” se não a partir da minha identidade para o “Outro” e esta necessidade de constante consulta ao outro e ao entorno social acaba por configurar a permanência de uma identidade feminina que ainda não foi capaz de superar os padrões socialmente impostos ao seu gênero.

Considerações Finais

Das intensas transformações pelas quais o mundo tem passado desde o último século, o ingresso maciço das mulheres nos mais diversos campos profissionais a partir da década de 1960 é, certamente, o que maior influência tem exercido para a reformulação das relações de gênero que historicamente estabeleceram o papel da mulher como secundário na sociedade e submisso ao homem.

As mudanças que se verificam quantitativa e qualitativamente em relação ao trabalho feminino não foram, entretanto, suficientes para a completa redefinição do seu papel social. Ou seja, se os tempos atuais já lhes permitem almejar e levar a cabo uma carreira profissional; sua responsabilidade de cuidar do lar, dos filhos e do marido, enfim, seu papel de dona de casa ainda se mantém culturalmente presente.

Do mesmo modo, a pesquisa foi capaz de identificar a persistência do preconceito diante da mulher quando esta assume profissões que não lhes são legitimadas pelas relações de gênero.

Foi possível observar, portanto, que a identidade profissional feminina, ainda cristalizada sob o jugo masculino, se constitui a partir de identidades múltiplas, muitas vezes divergentes e conflituosas, que ora se situam dentro dos ideais contemporâneos de igualdade na diferença, isto é, se reconhecem como diferentes do sexo oposto, mas não por isso a ele inferiores; ora mantêm-se ligadas às identidades sociais historicamente definidas à mulher.

Embora a discussão sobre os paradoxais papéis femininos e o mercado de trabalho já tenha sido consistentemente desenvolvida pelos estudos feministas, este é um tema que se revela bastante atual, pois embora muito já se tenha avançado, o real estabelecimento de uma ordem equitativa entre os sexos se conserva ainda bastante distante.

Referências

ALMEIDA, J. S.; SOARES, M. Mudaram os tempos; mudaram as mulheres? Memórias de professoras do ensino superior. **Avaliação: Revista da Avaliação do Ensino Superior**, Sorocaba, SP, v. 17, n. 2, p. 557-580, jul. 2012.

ALMEIDA, L. R. O incidente crítico na formação e pesquisa em educação. **Educação & Linguagem**, São Paulo, v. 12, n. 19, p. 181-200, jan./jun., 2009.

BOLÍVAR, A.; DOMINGO, J.; FERNÁNDEZ, M. **La investigación biográfico-narrativa em educación: enfoque y metodología**. Madri: La Muralla, 2001.

CHIES, P. V. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 507-528, maio/ago., 2010.

DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KING, M. L. **A mulher do renascimento**. São Paulo: Presença, 1994.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Família e emprego: conflitos e expectativas de mulheres executivas e de mulheres com um trabalho. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

_____. **Tecendo por trás dos panos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SÁ, M. A. A.; ALMEIDA, L. R. Devolutiva de entrevistas: o biograma na pesquisa em educação. **Revista Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 19, jul./dez., 2004.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p.71-100, jul./dez., 1995.

SILVA, T. C. M.; AMAZONAS, M. C. L. A.; VIEIRA, L. L. F. Família, trabalho, identidades de gênero. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 1, p. 151-159, jan./mar., 2010.

SZAPIRO, A. M.; FÉRES-CARNEIRO, T. Construções do feminino pós anos sessenta: o caso da maternidade como produção independente. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 179-188, 2002.